

S.M.
29/7/97 A-3
27

■ OPINIÃO

Dresdner Bank Lateinamerika  LIGUE SUA EMPRESA
AO MUNDO: (011) 547-6700

Um corredor para o Cerrado

Washington Novaes *

Anuncia-se que, finalmente, com recursos internacionais, o Ministério do Meio Ambiente vai começar a implantação do programa de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica — programa destinado a conservar a biodiversidade em longas extensões que juntam reservas biológicas, estações ecológicas, reservas indígenas, florestas nacionais, parques, etc., uma sucessão de subsistemas capaz de permitir a preservação das cadeias reprodutivas e alimentares sem as quais não é possível chegar àquele objetivo.

Excelente notícia. Mas cabe perguntar: e por que não um corredor para o Cerrado, exatamente o mais ameaçado dos biomas brasileiros?

Ainda no mês de junho, a revista Science publicou estudo de cientistas ingleses mostrando que as áreas de transição entre as florestas tropicais e as savanas (como o Cerrado) são fundamentais para manter a extraordinária biodiversidade das primeiras. É ali, nos chamados ecótonos, que se dá o processo de especiação, que seria responsável pela preservação e ampliação da biodiversidade. Seria indispensável, portanto, implantar um desses corredores, para permitir a preservação da biodiversidade nos dois biomas.

A importância do Cerrado tem sido ressaltada pelo próprio coordenador-geral de Diversidade Biológica do ministério, Bráulio de Souza Dias, quando lembra que esse bioma responde por quase um quarto do território brasileiro (200 milhões de hectares, ou 2 milhões de quilômetros quadrados), dividido em onze biotas, boa

parte delas abrigando espécies endêmicas, ou seja, encontráveis apenas ali. É nele que nascem também as águas das três principais bacias hidrográficas brasileiras (Amazonas, Paraná-Paraguai e São Francisco). E nesses espaços se encontram no mínimo 166 mil espécies, ou o dobro, se incluídos os vírus.

Mas esse bioma tão rico — como alertou a Embrapa também em junho último — “pode vir a ser o cenário de um desastre ambiental”. Ele tem limites e seus recursos podem esgotar-se. Dos 200 milhões de hectares, restam 80 milhões não ocupados. Mas apenas 20 milhões podem ser produtivos.

A erosão e a degradação dos solos, diz a Embrapa, já constituem ameaça muito forte, há até manchas de desertificação. A extinção de espécies predadoras de pragas agrava os riscos para as culturas. Por isso, a estratégia deveria ser aumentar a produtividade nas áreas ocupadas, não a expansão da fronteira agrícola.

Mas não é o que vem acontecendo, há várias décadas. Muito ao contrário. A tal ponto que, já em 1991, o IBGE apontava a existência de apenas 7% do Cerrado ainda intocado. Em 37% da área a vegetação nativa já fora inteiramente removida. E no restante havia alguma atividade econômica.

Só que “a sustentabilidade do modelo de agricultura intensiva é questionável”, tem escrito o coordenador de Diversidade Biológica do Ministério do Meio Ambiente. E isso nos deveria levar a rever os programas de incentivo a esse tipo de desenvolvimento. Ao mesmo tem-

po, seria necessário ampliar as áreas de proteção, já que as duzentas unidades encontradas no bioma somam apenas 1,6% do território (a média brasileira é de 3,7%, a média sul-americana de 4,5%). Além disso, 130 dessas 200 unidades têm menos de 1 mil hectares. Seria preciso, no mínimo, triplicar a área de preservação no bioma, acrescentando grandes unidades de pelo menos 80 mil hectares (o ideal seriam 300 mil).

Nossas políticas oficiais, entretanto, seguem na contramão dessas propostas. Ainda em outubro do ano passado, no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o ministro dessa área, Ronaldo Sardenberg, disse que “o governo vai dar prioridade à ocupação da Amazônia e do Cerrado, como parte da estratégia de desenvolvimento das áreas menos povoadas do País”.

Dito e feito. A hidrovía Araguaia-Tocantins, destinada a estimular a exportação de soja, embora nem sequer tenha estudo de impacto ambiental concluído — quanto mais aprovado — e esteja com sua implantação embargada pela Justiça Federal, continua a ser considerada um dos oito projetos prioritários do governo federal, entre os 42 já incluídos no plano de ação imediata, e dispõe de recursos orçamentários abundantes (quase R\$ 150 milhões) e crédito farto do BNDES, em hora de



crise, choro e ranger de dentes. Os programas de ocupação intensiva do Cerrado em parceria com instituições japonesas — e que já geraram gravíssimos problemas ambientais na região de Paracatu (MG), por exemplo — seguem de vento em popa no Tocantins e no Maranhão. O governo de Minas, mesmo sabendo das consequências ambientais já presentes em seu

território por causa desses programas, negocia para ampliá-los.

De que adiantam estudos da Universidade de Brasília dizerem que 90% das áreas do Cerrado são de baixa fertilidade e estão determinando — como confirma um estudo do WWF — uma perda média de 12 quilos de solo por quilo de grão produzido? De que adianta o Conselho Nacional de Pesquisa de Gado de Corte lembrar que “a degradação das pastagens cultivadas na região do Cerrado vem atingindo níveis alarmantes (...) Estima-se que de 50 a 60% delas apresentam algum nível crítico de degradação”? (1 hectare de pasto degradado produz em média 2 arrobas de carne por ano, enquanto a mesma área, renovada, produz até 16 arrobas). De que adiantam as seguidas advertências da comunidade científica quanto aos níveis de degradação dos recursos hídricos, por força da erosão do solo, da perda de matas ciliares, da poluição por agrotóxicos, por efluentes de criadouros e frigoríficos (uma

única matriz suína, com suas crias, gera cerca de 25 litros de matéria orgânica por dia) e por esgotos? De que servem os apelos dessa mesma comunidade para que se promova um estudo competente dos aquíferos subterrâneos e do seu nível de comprometimento, já que o modelo de irrigação intensiva utiliza 1 litro de água por segundo por hectare — e já está gerando conflitos com o abastecimento e outros usos?

Estudos mais antigos da Embrapa, por volta de 1992, já diziam que nada disso era inevitável. Seria possível aumentar a produção de grãos em 50% sem ocupar um só hectare “novo” de terra. Seria viável quase dobrar o rebanho bovino sem expandir a área de pastagem (na verdade, diz o WWF, mais de 10 milhões de hectares de Cerrado não têm uso econômico — foram desmatados para produzir carvão ou para escapar ao conceito de terra improdutivo e à reforma agrária; mais 1 milhão de hectares, asseguram outras fontes, já são pastagens absolutamente degradadas).

Estudos mais recentes da mesma Embrapa, divulgados em junho último, garantem que seria perfeitamente possível passar a produtividade média de grãos no Cerrado das atuais 2,2 toneladas por hectare para 3,8 toneladas.

São muitas informações e muitos argumentos aconselhando prudência no manejo do Cerrado, não essa febre expansionista impensada. E, diante desse quadro, o mínimo a fazer é cuidar da implantação de pelo menos um corredor ecológico.

O caráter decisivo do Cerrado

para a preservação da biodiversidade amazônica provavelmente permitirá que se possam utilizar os recursos internacionais destinados à Amazônia e à Mata Atlântica também nesse bioma.

Além disso, cabe lembrar, como dizia o falecido escritor goiano Carmo Bernardes, que “o Cerrado é uma floresta de cabeça para baixo”. Ao contrário da floresta amazônica, que encontra nas camadas superficiais de solo os nutrientes e a água de que necessita, as árvores do Cerrado, pelas condições específicas desse bioma, têm de mergulhar fundo em busca dos seus elementos constitutivos. Por isso a sua biomassa, quase toda subterrânea, talvez seja até maior que a da floresta tropical. E, se é assim, tem a mesma importância que aquela na captura e absorção do carbono, uma das razões fundamentais que levam os países mais ricos a interessar-se pela preservação da floresta tropical.

O Centro-Oeste e demais regiões que têm partes de Cerrado deveriam fazer do corredor ecológico uma de suas bandeiras principais. Antes que Inês morra de uma vez. Afinal, que sentido faz escrever na Constituição que a Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira são “patrimônio nacional” e excluir o Cerrado? E, não bastasse isso, é o único dos biomas brasileiros cujo nome não começa com letra maiúscula. O que justifica esse filho enjeitado? ■

* Jornalista.